



1

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº:5 – Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 28 de dezembro de 2023

No dia vinte e oito de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1 – Expediente para conhecimento;

1.2 – Intervenções.

2– Período da Ordem do Dia:

2.1. Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal;

2.2 – Apreciação e votação da ata n.º 4 da sessão ordinária do dia 28 de setembro, do ano 2023;

2.3. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2.4. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – ano 2023, terceira alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, terceira alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Atividades Municipais, terceira alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – Aprovação;

2.5. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2023. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – para conhecimento;

2.6. Documentos Previsionais para o ano económico de 2024 – Grandes Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita – Mapa de Pessoal para 2024 – Aprovação;



2

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.7. Retificação à redução da taxa de IMI sobre imóveis para o ano de 2024 no âmbito da alteração introduzida pela Lei n.º 56/2023 de 06 de outubro ao artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro que aprovou o CIMI – Aprovação;

2.8. Não atualização dos valores das taxas e preços constantes da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais em vigor no Município de Montalegre de forma excepcional para o ano de 2024 – Aprovação;

2.9. Autorização de concessão do direito de uso privativo de três postos de carregamento de mobilidade elétrica, por concurso público, e respetiva aprovação das peças procedimentais. DF N.º 156/2023 – Aprovação;

2.10. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA – Aprovação;

2.11. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, – Aprovação;

2.12. Regulamento Municipal de atribuição, gestão das Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada de Montalegre - Aprovação;

2.13. EHATB – Plano de Atividades e Orçamento para 2024 – para conhecimento;

2.14. Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso – Orçamento e Plano Plurianual de Atividades e Investimento para 2024 – para conhecimento;

2.15. AMAT – Opções do Plano e Orçamento para 2024 – para conhecimento.

3 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e três membros com exceção de Manuel Carvalho, Ana Maria Martins, José Ricardo Branco, Vitor Carreira, Catarina Gonçalves, Sylvie Costa, João Paulo Anjo e António Reis.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Ana Maria Martins, José Ricardo Branco, Ana Francisca Martins, Nuno Pereira, Fátima Crespo, Márcio Azevedo, Rui Gonçalves, e João Paulo Anjo.



Fum³

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Além da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e da Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Dias, estiveram presentes os Vereadores, Jorge Fidalgo, Manuel António Fernandes, José Moura Rodrigues, Sandra Sousa e Fernando Capela.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

Verificando-se a ausência, na presente sessão, do primeiro Secretário da Mesa, Manuel Carvalho, foi autorizado pela Assembleia a designação da deputada Fátima Crespo para integrar a Mesa, na qualidade de segunda Secretária.

1 – Período Antes da Ordem do Dia:

1.1 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

1.2 – Intervenções.

Inscreveram-se para intervir os deputados Fátima Crespo, José João Moura, João Carlos Rodrigues, Sandra Gonçalves, João Soares, Manuel Carrelo, António Miranda, Ana Francisca Martins, Alberto Fernandes, António Cascais, António Ferreira, Domingos Vasconcelos, Nuno Miguel Gonçalves Pereira, Hernâni Carvalho e Acácio Gonçalves.

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, caros colegas, estimado público: começo por saudar afetuosamente a todos desejando que as festas de natal tenham sido vividas com muito amor, saúde e paz no seio das vossas famílias e aproveito para desejar que o novo ano seja para todos o melhor de sempre.

Por cá e pelo que me foi dado ver não faltou beleza nas decorações de natal, nem animação e acompanhamento às crianças proporcionando-lhes a alegria, o convívio, o divertimento e o espírito de natal plasmado nas pinturas faciais, nas fotografias com o Pai Natal, nos insufláveis, nos karts a pedais, etc. enfim, um cem número de atividades das quais dificilmente se vão esquecer. E se as crianças estavam felizes, o sorriso dos pais e dos avós que os acompanhavam era contagiante. De louvar a iniciativa do mercado de natal na promoção do comércio local, iniciativas estas a que já estamos habituados e que são para continuar como a última Sexta 13 donde ninguém arredou pé apesar do mau tempo que teimava em não dar tréguas. Grande espetáculo sempre e cada vez mais elogiado por quem nos visita.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E é por isto que a Câmara de Montalegre, o seu executivo e todos os seus colaboradores estão de parabéns. Mas não só. Senão vejamos: a assinatura do auto de consignação para as obras do CACI (Centro de Atividades e Lar residencial) que vai ter 30 utentes em cada uma das valências e aumentar os postos de trabalho que passam a ser mais de 20 em que a receita do Estado e de 2 milhões de euros e a Câmara vai participar com um milhão e meios de euros.

Que grande investimento, mas de tanta importância para os utentes e para os pais que partem com a felicidade de deixar os seus filhos a viver com dignidade.

No 1º direito foi entregue agora a primeira casa, mas que mais de 55 pessoas a viver em condições indignas vão ver as suas casas requalificadas sendo que a Câmara ajuda na candidatura e no acompanhamento do projeto.

O Município vai ainda dar resposta a 48 famílias isoladas com a aquisição do mesmo número de habitações nas aldeias e nas duas vilas para que as pessoas não saiam do seu ambiente. Isso significa que a Câmara vai investir no mercado habitacional mais de seis milhões de euros.

As funções sociais e o apoio às associações são a prova de que estamos perante um município em que a prioridade são as pessoas.

Senhora Presidente: congratulamo-nos com o vosso empenho e dedicação à causa pública, com a vossa proximidade junto dos munícipes.

Estamos orgulhosos e agradecidos. Muitos parabéns e que em 2024 seja um ano de grandes realizações pessoais e políticas. Assinado, a deputada municipal Fátima Crespo."

O deputado José João Moura entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sra. Presidente da Câmara, Exmos. Srs. deputados, Exmos. Srs. Vereadores, caro público.

Montalegre mais uma vez apareceu nos órgãos de comunicação social pelos piores motivos. Um ano depois da detenção dos principais membros do executivo municipal e posterior renúncia, é novamente associado à prevaricação, corrupção e tráfico de influências com a mina do Romano e do seu precioso Lítio, que fez mesmo cair o governo central.

E isto tem um denominador comum, o partido socialista. A classe política bateu assim no fundo do poço no que concerne à sua credibilidade e competência, fruto de trapalhadas atrás de trapalhadas que visam apenas o interesse pessoal, de facção ou partidário. O PS quando ganha umas eleições só se preocupa com o que é necessário fazer para ganhar as próximas eleições e não em medidas que resolvam as necessidades das pessoas e de implementar reformas estruturais para o desenvolvimento das aldeias, dos concelhos e do país. E é esta a principal diferença entre o PSD e o PS. O PSD é o partido do povo, do mundo rural e para o PSD as pessoas estão em primeiro lugar e não os interesses partidários ou familiares ou meramente eleitoralistas.

E as trapalhadas efetuadas pelo governo demissionário não se limitaram a Lisboa e arredores. Aqui em Montalegre as trapalhadas continuam há mais de trinta anos e neste último ano em particular, arrastando Montalegre para um estado de hibernação e marasmo governativo. Vamos assim colocar os pontos nos iss:

A Sra. Presidente de Câmara não sabia de nada quando tomou as rédeas do poder em pontos fundamentais e importantes para o concelho, nomeadamente a questão



5
Fum

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

mineira, a gestão autárquica, a contratação pública, os ajustes diretos e basicamente em todas as áreas da competência do concelho, desde a educação, ação social, infraestruturas etc, levando-nos a questionar o que andou a fazer durante 17 anos como vereadora com assento no executivo municipal? E ao fim de um ano de governação continuamos a verificar que todas as tarefas imputáveis à chefia do executivo municipal, uma total alienação dos normais procedimentos governativos autárquicos. Ou seja, não sabe para onde vai o concelho, não toma medidas para mitigar as reais necessidades das pessoas e não quer fazer ações de populismo barato no concelho mas no entanto fá-lo no concelho vizinho. Devia aproveitar a vigília para defender os interesses do concelho com a solicitação da retificação da EM 507 que liga Chaves a Soutelinho da Raia, que como não sabe, mas deveria saber, foi um compromisso assumido por ambos os concelhos de forma a mitigar a falta de acessibilidades condignas de Montalegre ao hospital de Chaves.

Não faz o PS, faz o PSD, que embora na oposição tem ao contrário do que a maioria socialista agora profere, ideias, sensibilidade e vontade de concretizar a urgência da requalificação e retificação da EN 103 para Braga e para o nó de ligação à A24. Trouxemos a Montalegre neste último trimestre não um, mas 2 dirigentes do nosso partido, e fizemos questão que percorressem a EN103 para verificarem com os próprios olhos as dificuldades que os municípios de Montalegre se deparam no seu dia a dia, pois quer queiram quer não, A EN 103 é a única estrada que liga Montalegre ao resto do país, aos centros regionais operacionais, aos centros de decisão. Trouxemos assim o futuro primeiro ministro onde lhe transmitimos as dúvidas e os problemas que pairam sobre o sector agropecuário, sendo a principal fonte de emprego e rendimento do concelho, uma vez que vai haver redução de 20% dos subsídios agrícolas no próximo ano, associado ao facto dos aumentos constantes dos custos de produção, levando-o mesmo a conferenciar com os dirigentes da Coopbarroso.

Mostramos a bacia hidrográfica da barragem do alto-rabagão bem como o monte que querem destruir pela mina do romano transmitindo a nossa inquietude face a esta premissa e a nossa posição intransigente contra todas as explorações mineiras, pois para nós Sra presidente, um buraco é um buraco, e não interessa se é para extrair lítio, volfrâmio, quartzo ou feldspato. Não queremos saber! É uma ofensa à preservação da nossa biodiversidade e dos nossos recursos hídricos.

Aproveitamos para mostrar a potencialidade turística associada à mesma bacia e a falta de um plano de ordenamento à sua volta, factos que evidenciam a ignorância deste executivo municipal.

Além disso, fizemos questão de trazer a Montalegre o presidente da câmara de Braga e de uma das maiores áreas metropolitanas do país, pois é um concelho muito próximo e acarinhado pelos Montalegrenses, principalmente do baixo Barroso, pois Braga abraçou e recebeu milhares dos nossos conterrâneos que aí vivem e trabalham.

O Dr. Ricardo Rio, provavelmente o futuro ministro das infraestruturas, um exemplo de governação autárquica, concordou com as nossas prioridades e demandas para o concelho, afirmando mesmo que sem boas acessibilidades não há concelho que consiga ser competitivo nem hipótese de um crescimento sustentável. Por isso sra presidente, o PSD no seu lugar e direito de oposição tem feito o seu trabalho e estamos a preparar um programa para um novo ciclo político em Montalegre, liderado por nós. Posso dizer-lhe que estamos a preparar o nosso programa eleitoral há mais de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

seis meses, e que já temos o esboço de alguns projetos empolgantes, que vão abrir novos horizontes para o concelho de Montalegre.

Acima de tudo queremos tornar a nossa terra mais atrativa. Queremos continuar a ser barrosões orgulhosos da nossa terra. Queremos preservar o nosso modo de vida e a memória dos nossos avós.

Mas as trapalhadas continuam e ao fim de um ano à frente do concelho assiste-se a uma incompetência exacerbatante.

Tivemos uma taxa de execução pouco acima dos 50%, quando o normal em qualquer concelho é superior aos 80%, ou seja, não se fez rigorosamente nada, resultando um excedente orçamental de 7 M€, parados há mais de um ano no banco. Será que não há nada por fazer no concelho de Montalegre, Sra. presidente?

Os socialistas acusam o PSD de não termos ideias para o concelho. Quem parece não ter ideias são vocês. Nem ideias, nem capacidade de as executar.

O concelho está parado porque a Câmara não tem capacidade de planeamento, nem de execução, ou seja, porque não tem liderança. O orçamento proposto precisamente há um ano por si, Sra. Presidente, foi apenas meras intenções, que não saíram do papel. E o mais grave foi o Centro SIPAM de Barroso, na Aldeia Nova, que é um retrato fiel desta Câmara: as obras de mais de 1M€ foram contratadas em outubro e novembro de 2021, a duas empresas da família do ex-Presidente, cujo prazo de execução era de um ano e que foram candidatas a fundos comunitários, e agora a Câmara vai rescindir os contratos, porque nenhuma das obras está concluída, estando uma delas apenas executada em 50%. Resumindo e concluindo, os fundos comunitários que iríamos receber vão assim por água abaixo. E a esta incompetência alia-se assim uma irresponsabilidade, na incapacidade de planeamento e de execução, na gestão desastrosa de recursos públicos. E isto é o resultado de 34 anos do PS Montalegre à frente dos destinos do nosso concelho.

Por fim a insolência demonstrada pela Sra. presidente quando mentiu em direto e para todos os portugueses acerca da mina do romano de forma a defender os seus correligionários do PS. Nunca demos parecer favorável à mina do romano, disse – Falso Sra Presidente. Eis as provas:

A Câmara emitiu um parecer favorável sobre a definição do âmbito do projeto de exploração mineira em 14-12-17 e um parecer favorável condicionado em 04.05.1018, sendo este emitido apenas para dar conhecimento público do conteúdo do requerimento e convidar os intervenientes a apresentar reclamações sobre a atribuição da concessão da exploração à Lusorecursos. Além disso, não ficou por aqui, pois houve mais pareceres favoráveis sobre os pedidos de prospeção – os chamados de "Beça" e "Reigoso", ambos em 04.07.2017. Concluindo, além do parecer favorável das minas da Borralha, a Câmara emitiu três pareceres favoráveis e um parecer favorável condicionado em relação à exploração de lítio no concelho, o que fica inequivocamente comprovado que a Prof. Fátima Fernandes Mentiu. E mais, o PS não se limitou a dar pareceres favoráveis relativamente a esta questão:

a) Desde que a exploração do lítio iniciou os trabalhos em Carvalhais, o Prof. Fernando Rodrigues, presidente da Assembleia Municipal de Montalegre e membro destacado do PS Montalegre, deslocou-se a reuniões em Morgade e Carvalhais onde defendeu perante o povo presente a exploração do lítio;



7
Flum

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- b) A Câmara de Montalegre, desde sempre, apoiou e prestou favores à Lusorecursos, indicando e facilitando a uma empresa associada, a sua instalação no Multiusos e a sua sede na Junta de Freguesia de Montalegre;
- c) No mandato autárquico de 2017 até 2021, sempre que nas reuniões da Câmara se falava na exploração do lítio, a Câmara socialista defendeu a exploração mineira e atacava, de forma indecente os vereadores do PSD quando propunham moções contra as minas ou pediam esclarecimentos sobre o desenrolar do processo.
- d) Em três sessões da Assembleia Municipal (duas no mandato anterior e uma no mandato em curso) que o PSD apresentou moções contra as minas, o grupo municipal do PS votou sempre contra.
- e) Durante estes anos a CMM, apresentou projetos conjuntos em parceria com a empresa Lusorecursos, nomeadamente a candidatura ao PRR do Plano "Fileira integrada de lítio e fabrico de baterias", bem como o projeto "Romano Smart Village" cuja carta de intenção assinada pelo ex-presidente foi clara e inequívoca relativamente à sua participação como copromotor no projeto;
- f) Numa das reuniões públicas no Auditório Municipal, o ex-presidente da camara quando questionado pela associação Montalegre com Vida se estava na luta contra as minas, não respondeu afirmativamente, fugindo à questão a declarar que apoiava as populações mas (...se o poder central tomar a decisão de explorar o lítio o município não se oporá), frase que apenas foi desmentida pelo executivo municipal na figura da Prof. Fátima Fernandes, curiosamente, 3 meses antes do conhecimento público da operação influencer.

Conclusão: a presidente da Câmara de Montalegre mentiu publicamente à comunicação social em direto, porque vale tudo para o PS se manter no poder. Por isso, Sra. presidente, se aquando da renúncia de mandato dos seus antecessores éramos a favor de eleições intercalares, agora, com esta cabal inercia e inaptidão de gestão de dinheiro publico e mentiras atrás de mentiras de forma a não sair do poleiro, ficamos incrédulos quando apenas um paragrafo levou à demissão do Dr. António Costa, e aqui com resmas e resmas de acusações, com mais de 300 crimes e a constituição de 60 arguidos, nada acontece!

Para bem do povo das terras de Barroso e de Montalegre, Sra. presidente, estar à frente de uma câmara e governá-la não é a mesma coisa que estar à frente de uma comissão de festas. É preciso ser um líder, ouvir, planear, executar e resolver os problemas. Em vez de trabalhar para a fotografia e a fazer campanha eleitoral com dinheiro público, nos magustos, nas festas e nos funerais, devia seguir o exemplo dos membros do governo demissionário e por o seu lugar à disposição. Assinado, o deputado José João Moura."

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o deputado José João Moura apareceu com um tónico que não é normal pediu educação e correção. Pode ser tudo tolerado, mas o insulto que é dirigido de insolente, é intolerável e não volta a ser permitido. Pediu ao deputado José João Moura que peça desculpas à Assembleia e à Senhora Presidente da Câmara. Se não o fizer será censurado pela Assembleia e pelo seu Presidente. Utilizou termos que devem ser banidos do vocabulário político.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado José João Moura disse que na última reunião da Assembleia Municipal houve um elemento do público que se insurgiu contra um membro da assembleia e não teve o discurso que agora proferiu.

Disse que é responsável pelas palavras que proferiu e não vai retirar nada do que disse. Se o Presidente da Assembleia quiser, faça queixa dele às autoridades competentes, mas ele também devia consciencializar-se da forma como conduz as reuniões que não é de forma imparcial.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente, Sr.^a presidente da Câmara, Srs. vereadores Srs. deputados. Vivemos a atualidade nacional com um processo eleitoral. Dia 10 de março, em resultado da dissolução da AR, o país vai a eleições para se formar um novo governo.

A decisão, preparada e instrumentalizada, que os portugueses não queriam, foi precipitada porque havia uma maioria e outras alternativas de governo.

Mas, havendo erros e suspeitas lamentáveis, num processo também ele suspeito, o Ministério Público derruba o Primeiro Ministro e com isso uma maioria.

Um dia saberemos melhor o que se passou para o PM se demitir. Mas vamos deixar a justiça funcionar.

O que sabemos é que António Costa não deixou o governo por governar mal. António Costa deixa um legado de trabalho, de dedicação, de competência, de bons resultados em muitas áreas e foi e é um grande político, um estadista com reconhecimento Europeu e que deixa prestígio para Portugal. - Portugal vai a votos por ter sido interrompido o seu trabalho.

Mas podemos dizer que Portugal está melhor, superou parte das dificuldades e adversidades com que se defrontava ao longo dos últimos tempos. Ganhou a confiança dos mercados e prestígio junto das instituições europeias e internacionais. E isso deveu-se sem dúvida, à condução lúcida e firme que o PS e António Costa sempre empreenderam na liderança do Governo.

Apesar dos anos de pandemia e das guerras, temos uma economia e emprego mais fortes; mais superavit da Segurança Social; maior número de trabalhadores de sempre a descontar para a Segurança Social.

Para além disto é notável o resultado neste período do governo PS: o aumento do salário mínimo em 50%, a redução do desemprego de 13% para 6%, o aumento médio das pensões em 23%.

Foram 8 anos de convergência com a UE e fomos o segundo país dos 27 que mais cresceu em 2022.

O governo deixa agora também um orçamento para 2024 que combate as dificuldades dos portugueses e que vai melhorar a vida das pessoas:

E temos: o maior aumento do salário mínimo que passa para 820 euros (60 euros de aumento!), aumento das pensões de 6,2%, o aumento da função pública de pelo menos 52 euros, o que se irá traduzir em aumento real do poder de compra por ser o aumento superior à inflação estimada ou, a redução das taxas de IRS nos 5 primeiros escalões, que vai beneficiar cerca de 6 milhões de agregados familiares, e que terá um impacto que ronda os 1.300 milhões €.

No apoio aos jovens destaque-se:

100% de isenção de IRS no primeiro ano de trabalho, 75% no segundo, 50% no terceiro e quarto anos de trabalho e 25% no quinto ano; a devolução de propinas:



9

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

697€ em cada ano de trabalho para licenciados e 1.500€ por mestrado; ou a gratuidade dos passes de transportes, o alargamento das bolsas de mestrados, ou o reforço dos apoios ao alojamento estudantil.

Nos apoios sociais o orçamento do governo PS garante: creche gratuita até aos 3 anos para todos, aumento do abono de família em 22 euros que passa para 264,00 euros, aumento do complemento Solidário par Idosos de 62 euros, aumento do RSI de 28 euros, reforço de Prestação Social para a Inclusão de 27 milhões de euros.

Sr. ° Presidente, Sr.ª e Sr. ° Deputados

Fizemos aquilo que o PSD dizia que era milagre: aumentamos a despesa, os ordenados, os apoios sociais, e baixamos à dívida! Até PPC disse que votava PS se isso se verificasse.

Somos hoje, na Europa, o país das contas certas!

É com o que fizemos que vamos a votos, e vamos a votos também com propostas para melhorar ainda mais a vida dos portugueses. A nossa palavra vale, não é como a do PSD que diz uma coisa, e chega ao governo e faz outra.

Vamos a votos com o novo Secretário-geral eleito Pedro Nuno Santos.

Pedro Nuno Santos é um grande político, frontal, tem ambição e determinação.

Pedro Nuno Santos mete medo à direita, nós sabemos. Mete medo à direita porque a sua palavra é a sua política. E a sua política é melhorar a vida de todos os portugueses!

Ele é contra a ganância do dinheiro promovida e apoiada pela direita, porque é isso que empobrece Portugal e que empobrece os portugueses.

PNS quer um Portugal moderno, com mais ambição e uma vida melhor, não para alguns, mas para todos os portugueses. Queremos um Portugal inteiro. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. colegas deputados, caríssimo publico e ademais aqui presentes.

Espero que todos os munícipes tenham tido uma excelente quadra natalícia, junto daqueles que mais amam e estimam. Presto aqui as minhas sentidas condolências às várias famílias que infelizmente perderam os seus familiares nesta época tão especial de amor, confraternização e união familiar.

Agradecer à organização e participantes do Presépio Vivo em Salto, assim com as restantes atividades desenvolvidas nas últimas duas semanas.

O mesmo não posso dizer de quem está à frente da autarquia. As evidências da incapacidade de execução e de gestão do atual executivo continuam a manifestar-se de forma negativa na vida dos munícipes. A desorientação é clara. Obras por concluir, obras mal executadas, sem planeamento, obras que nem sequer começam ou obras urgentes da responsabilidade da câmara, mas que não está sequer a pensar fazê-las.

É o caso da escola Secundária do Baixo Barroso, que já necessita de obras de manutenção há vários anos, tem sido negligenciada desde a colocação das janelas pelo valor de 149,490€. Já foi comunicado à Câmara quais as intervenções necessárias, mas a resposta foi silêncio. A pergunta que fica é, quando é que a câmara vai abordar este problema?

Mais grave ainda, é a situação de Cabril em que, as crianças fazem as suas refeições em condições medíocres num país dito desenvolvido, num município em que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

presidente da Câmara diz que temos tudo, não nos falta nada! Disse na assembleia anterior, que enquanto as obras não se iniciam, os contentores que se encontram provisoriamente no recinto da escola de Salto, iriam ser colocados em Cabril para dar algum conforto e dignidade às crianças, mas até hoje, talvez por falta de tempo para gerir de facto o destino do município, os contentores continuam em Salto. Quando é que vai dedicar um pouco do seu tempo a este grave problema?

E por falar na Escola de Salto, que tem sido alvo e bem de sucessivas intervenções, continua a precisar de intervenções, vejam bem! Porque será? Falta de planeamento? Falta de diálogo com as entidades diretamente afetadas às dinâmicas escolares? Será por o órgão do conselho municipal de educação continuar sem funcionar? Facto, é que as crianças, saem das salas quentes e têm de atravessar o recinto ao frio e à chuva para irem comer ao novo refeitório quando têm um refeitório no edifício principal, o que causa problemas de saúde, as crianças andam constantemente com tosse e constipações. Uma escola que há 4 anos não tinha refeitório nenhum, agora tem dois e nenhum parque infantil para os mais pequeninos, incrível. Isto é realmente o cúmulo da incompetência. É compreensível, os antecessores afundam o concelho há anos, não seria de esperar o oposto de quem vem a seguir e compactuou, aprovou e assinou por baixo. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves.”

O deputado João Soares lembrou que no dia 27 de novembro em Montalegre, houve um evento de extraordinária importância para o concelho, o Seminário Alto Tâmega e Barroso 360°. Esta iniciativa é multidimensional e prospectiva áreas que vão desde o ambiente, sustentabilidade, demografia, inclusão, competitividade e inovação para a região.

Montalegre foi escolhida para a realização de um evento que trouxe figuras destacadas com conhecimento em todas estas áreas. E, mormente, uma figura incontornável do país, o Professor Daniel Bessa, administrador da Sociedade Portuguesa de Inovação. Montalegre é apetecida, apetecível, escolhida e os fantasmas com que alguns tentaram fazer povoar o concelho não demovem as pessoas daqui virem, realizarem eventos, de estarem com os Barrosões.

O "Entre quem é" de Miguel Torga ainda está nas almas, só não está nas almas de muitos aqueles que promovem os fantasmas.

Falou de outro evento decorrido em Montalegre de grande importância na sala de visitas mais nobre do concelho e que foi o juramento de bandeira de recrutas do Regimento de Infantaria de Chaves. A presença de altas figuras do exército, ao lado dos seus recrutas, os múltiplos cidadãos que povoaram a Praça do Município e os familiares dos recrutas oriundos de vários pontos do país foram bem acolhidos e não tiveram medo de vir. É um orgulho receber quem visita Montalegre, quem escolhe Montalegre para realizar eventos, é uma honra que todos devem sentir.

Terminou falando do Natal, época em que tudo é poesia, ninguém é mais ou menos do que ninguém. O seu postal de boas festas vem com algum atraso, mas tudo é perdoado a quem está fora de prazo, como alguns dizem.

Desejou votos democráticos à oposição dizendo que destruir não é o caminho e que construir é a solução. A crítica não é um mal. Pode até ser uma boa ação, se for feita com sentido e sem timbre de mal dicção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Manuel Carrelo entregou o seguinte documento à Mesa: "Senhores(as) representantes da mesa da assembleia municipal, Senhores deputados e presidentes das Juntas de Freguesia, representantes da comunicação social, Estimado Público, Senhora Presidente da Edilidade: Citando Bernard Shaw, diremos que temos a mesma língua para melhor nos desentendemos...e Mia Couto dá-nos o mote ao escrever a metafísica dos equívocos entre gentes que usam a mesma fala, o mesmo idioma, para interpretações diametralmente opostas senão até para um desencontro.... Em jeito de retrospectiva recordamos o que foi acontecendo pelo Paraíso dos desacertos.

Assim, quando a oposição referiu os 17 anos de vereação a tempo inteiro, da Senhora presidente, estava longe de entender que isso significasse em Montalegre, um período de ausência de responsabilidade em relação à administração camarária.

Não imaginaria que significasse, não saber de nada, menos ainda um vazio temporal ou mesmo tratar-se de um lapso de tempo ou de abstenção em relação ao conhecimento das medidas e políticas implementadas em tantos anos de gestão do PS. quando a oposição disse que as manifestações contra as minas convocadas pelo movimento associativo deveriam no mínimo sensibilizar o executivo camarário, a participar ou aparecer em público e dizer algo em frente ao município, não, a esse tipo de manifestações, chama-se populismo barato.

O que já não é populismo barato é a convocação (e bem) de uma manifestação pelos municípios do Alto Tâmega, em Chaves contra a transferência dos serviços de pediatria e ortopedia para Vila Real. Mais uma vez, aqui já não é considerado populismo barato.

Quando a oposição diz não à mina e sim à vida no barroso vem agora a Senhora presidente, da câmara, com a solidariedade dos municípios do Alto Tâmega, depois de um silêncio tão prolongado e na fase do adiamento do processo, a reboque das Associações que lutam contra as minas, desde sempre, dizer que se opõe às minas do lítio e que irá levar a efeito uma providência cautelar,. Já em relação às minas da Borralha, nada sabemos, parecendo estar tudo bem, pois o desenvolvimento do concelho como

consta no Plano Diretor Municipal, preconiza o fortalecimento dos setores económicos, sustentados na potenciação da exploração dos recursos geológicos. E assim se continua a escavar em Caniçó, na Mina das Forçadas entre Arcos, Antigo e Zebral, a cerca de 1km das Aldeias de Vidoeiro e Vilarinho de Arcos.

Mais uma machadada no rio Beça. A seguir será Reigoso ou Pedrário ou Serraquinhos? Será que esta interpelação á consciência da existência pela dúvida Shakespeariana do ser ou não ser eis a questão, terá a ver com a obediência ao Partido Socialista nacional sobre a política da mineração do país e respetivos fundos de apoio anunciados por Bruxelas?

Esperemos que o poder local tenha uma palavra a dizer.

Senhora Presidente seja corajosa, ser contra as minas exige medidas fortes, claras, concretas e inequívocas.

Finalizando esta reflexão de dúvidas e equívocos ou confusões, ironia das ironias em Montalegre o Partido Socialista está sentado à direita da mesa da Assembleia e a oposição está sentada à esquerda por outras palavras em Montalegre a direita é a esquerda e a esquerda é direita.

Uma outra reflexão que merece uma chamada de atenção nesta assembleia vem com Milan kundera.



12
Manuel Carrelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Aos quase 50 de democracia, o que era o peso na ditadura e que julgávamos voar para a leveza, com o 25 de Abril, as políticas desenvolvidas no pós-revolução forjaram-se na base do amiguismo, do compadrio, do protecionismo, no desprezo pelo ambiente, com a construção da pista do Larouco, ofensas à natureza, no desaparecimento paulatinamente da atividade agrícola e das instituições que a apoiam, e ainda o fim do apoio aos fatores de produção, o financiamento a culturas erróneas para a região que contribuíram para que se viva hoje na insustentável leveza do ser acresce a este quadro negro o fim do homem solidário, da entreatajuda, a perda da identidade, a descaraterização da região, a ameaça das minas a céu aberto que enterrará a silvo pastorícia, as vezeiras bem como os derivados da sua exploração como as carnes de exceção e por consequência a feira do fumeiro, a destruição da pureza do ar, da água, dos solos, numa palavra, ofensas graves ao Património Agrícola Mundial.

Os comunitaristas têm nesta assembleia o papel de alertar os seus deputados, o executivo e as populações...para o desaire trágico que o poder político pode estar a cavar no barroso por um punhado de dólares (euros) ou ainda recordando mais uma série de Sergio Leone o bom povo do barroso será castigado severamente pela usura do mau e do vilão...em busca do tesouro perdido.

A crítica que aqui deixo não tem apenas como destino a senhora presidente que apesar de tudo o que está dito tenta demarcar-se da gestão que a precedeu como o comprova a providência cautelar, mas a todos os decisores do município como são os vereadores a tempo inteiro ou não, do executivo ou da oposição e ainda aos senhores deputados e presidentes de Junta de freguesia que constituem esta Assembleia Municipal. Todos seremos responsáveis, na medida dos poderes que nos são conferidos, pelo caminho que levar o nosso concelho ao futuro, que se adivinha ser de Floresta e Minas. Não podemos esquecer que com este cenário, o paraíso de Gervásio e Senhorinha, o Barroso era uma vez.

Que o Ano de 2024 venha mais animador para as hostes barrosãs e nos inspire nas boas decisões para felicidade da nossa terra. Viva Barroso, pelo comunitarismo. Assinado, o deputado municipal Manuel Carrelo."

O deputado António Miranda disse que a exploração mineira já se encontra em funcionamento num terreno privado e vedado e ele, enquanto Presidente da Junta não tem o direito de impedir, seja quem for, de trabalhar num terreno privado. Falou com a Senhora Presidente da Câmara a qual lhe disse que tinha uma providência cautelar e a partir daí a Junta de Freguesia não tem qualquer poder. Disse que gostava que os deputados da Nação se manifestassem até ao dia 10 de março.

O deputado Ana Francisca Martins entregou o seguinte documento à Mesa: "Bom dia a todos.

Ex.mo Sr. Presidente, da Assembleia Municipal, Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Ex.mos Vereadores Municipais, Ex.mos Deputados, Ex.mos Presidentes das Juntas de Freguesia, Estimado Público,

A 31 de Outubro de 2022 o Tribunal de Instrução Criminal do Porto decidiu que Orlando Alves fica em prisão preventiva, sendo ele o arguido com a medida de coação mais gravosa por crimes de associação criminosa, prevaricação, recebimento indevido de vantagem, falsificação de documentos, abuso de poder e participação económica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

em negócio, após ter renunciado ao cargo de Presidente da Câmara Municipal de Montalegre.

O primeiro-ministro português, António Costa, apresentou a demissão, na sequência das suspeitas levantadas pela Procuradoria-Geral da República de ter interferido nos processos relativos à exploração de lítio e hidrogénio no país. Em causa poderão estar factos suscetíveis de constituir crimes de prevaricação, de corrupção ativa e passiva de titular de cargo político e de tráfico de influência.

O meu discurso de hoje vai centrar-se nestes dois factos de governos socialistas – quer a nível nacional, quer a nível municipal.

Como cidadã portuguesa e transmontana, sinto-me deveras preocupada com estas situações. Que democracia é esta? Preocupa-me a lacuna, cada vez mais evidente, no sistema nacional de saúde – o fecho de várias especialidades a nível nacional, e em concreto no concelho vizinho - Chaves. Preocupa-me a grande quantidade de greves nas escolas a nível nacional, e em concreto nas escolas de Montalegre, pois afetam diretamente as nossas gentes e as nossas crianças. Que futuro lhes poderemos nós garantir, se não as instruímos? Preocupa-me a inflação, cada vez mais acentuada, e com influência na casa de cada cidadão do nosso país. Preocupa-me a desertificação, a saída dos jovens para outros países e para outras cidades a nível nacional, com mais oferta de emprego e com a oferta de um futuro melhor.

Não vejo muitas mais pessoas preocupadas com estes problemas a nível social. Não vejo ninguém realmente a exigir que quem nos traçou este percurso, pague pelas consequências. É necessário que alguém seja responsabilizado. Que nos espera num futuro próximo? A credibilidade do nosso país está em causa. Do nosso país e da nossa terra. E facto para dizer que quem vê um povo, de facto vê o mundo todo.

Por fim, e após ver duas das equipas de futebol da nossa terra – o Montalegre e o Vilar de Perdizes – defrontar o Futebol Clube do Porto, gostaria de apelar à importância de manter o apoio do Município a ambos clubes, um apoio justo e adequado às necessidades de cada um, de modo a tornar possível proporcionar momentos idênticos à população transmontana.

Aproveito ainda para desejar a todos vocês um Ano Novo com muita saúde e muitos sucessos, face ao exposto, dentro dos possíveis. E estejam atentos aos livros e caixas de vinho, não se vá dar o acaso de aparecerem, misteriosamente, mais 75.800€.

Assinado, a Deputada Municipal Ana Francisca Morais Martins.”

O deputado Alberto Fernandes entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Sra. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas de bancada: espero que todos tenham passado um bom Natal (o meu foi dentro do possível, pois a minha sogra quis partir nestes dias).

E é referente ao Natal, um dos assuntos que aqui me traz.

No dia 25 de dezembro realizou-se na Vila de Salto o Presépio Vivo, um acontecimento representativo do nascimento do Menino, magnificamente representado por figurantes da terra e que atraiu a Salto centenas de pessoas, e que através da radio local e das redes sociais “chegou” a todos os cantos do mundo.

Um obrigado à Associação Cultural e Recreativa 15 de agosto “Comissão de Festas” na pessoa do seu Presidente, o Sr. Padre Pedro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E por falar nesta comissão de festas, também quero aqui enaltecer o esforço de muitas comissões de festas, espalhadas pelo nosso concelho e que fazem um esforço enorme para manter vivas as tradições nas suas freguesias. E como dizem: todos os anos que fazemos peditórios, de porta a porta, encontramos mais portas fechadas!

Então organizam durante o ano vários eventos (jantares, festas, rifas, chegadas de bois, torneio de truco e sueca, para angariação de fundos.

Merecem aqui o nosso reconhecimento pelo esforço, dedicação, bairrismo que continuam a mostrar. Algumas das mais ativas são Fafião, Cabril, Solveira, Vilar de Perdizes, Salto, Venda Nova, Ferral, Parafita, Pitões e Tourém.

São estas comissões espalhadas pelo Concelho de Montalegre que são a alma das nossas freguesias e pelo amor que tem às festas dos seus padroeiros e lhes dedicam algum do seu tempo merecendo o nosso reconhecimento e o nosso obrigado! Continuem, estão no bom caminho! Bom ano 2024 para todos. Assinado, o deputado municipal Alberto Fernandes.”

O deputado António Cascais falou sobre a dor e ansiedade demonstrada pelo deputado António Miranda e a incapacidade de um Presidente da Junta, mas no dia-a-dia todos podem fazer alguma coisa e o grito de dor contra aquilo que está a acontecer é sempre um gesto. As populações de Gaza e da Ucrânia nada podem fazer contra aqueles que lhes proporcionaram cenários de morte. O mesmo se passa em Morgade, em que, pela calada da noite, colocam máquinas e começam a fazer os furos num terreno que todos pensavam que era baldio, mas que, por usucapião, alguém o vendeu à Lusorecursos. Usam-se essas estratégias. Os capitalistas usam sempre estas armadilhas para conseguirem os seus objetivos. Uma voz de conforto e de revolta será a dele sempre que for necessário pois sente que o sentimento de impotência preocupa toda a gente. Fica contente de ver mais pessoas a defender esta mesma causa e a remar todos para o mesmo lado que é contra a mineração. Deixou saudação à CIM e a todos os Presidentes de Câmara que decidiram manifestar a sua posição conjunta contra a mineração a céu aberto. Já há muita evolução, pois a mesma CIM há um tempo atrás disse que este assunto não era da sua competência. Há evoluções e a luta vai para a frente. Vai-se ganhando posições de apoio. Se estas existissem na altura devida, hoje as máquinas não fariam tanto barulho.

Disse que o Pedro Pimentel soube estar na Assembleia da República e influenciou quem tinha que influenciar e não é por acaso que o Presidente do Partido Rui Rio confrontou diretamente o Primeiro Ministro com o que se passava em Montalegre e com a Lusorecursos. Rui Rio não teria toda a informação e Luis Ramos foi um homem de muito trabalho, que exerceu muita influência junto dos políticos. Entram, instalam-se e depois há elefantes na sala. Toda a gente viu a posição tomada pela Lusorecursos que assumiu a posição de reis e senhores de tudo. Isso também aconteceu na última Assembleia com a Minerália, na pessoa do Senhor Osório que com toda a legitimidade fez uma intervenção no período que lhe era reservado. Só não tem direito é de tecer comentários sobre intervenções feitas na referida reunião com desmentidos sobre o que as pessoas disseram com base em documentos oficiais. O público não tem o direito de falar abusivamente, nem de se dirigir aos deputados de forma tão ofensiva. Julga que o Presidente da Assembleia não esteve bem quando um dos deputados quis defender a sua honra e a palavra não lhe foi dada. É certo que se deve evitar o debate com as intervenções do público, mas isto tratou-se de uma reação a uma ofensa e os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

artigos 33º e 38º do Regimento da Assembleia Municipal preveem que todos tenham direito à defesa da honra.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que o público não tem direito a intervir nos assuntos da ordem de trabalhos, tal como os deputados não o devem fazer no período que está reservado ao público.

O deputado António Ferreira disse que se houvesse pessoas que viessem assistir às reuniões da Assembleia diriam que há pessoas com linguagem Social Democrata, mas também gente com linguagem de extrema direita. Ficou admirado com algumas intervenções de alguns deputados do PSD.

Louvou a atitude da Câmara Municipal pela forma como conseguiu concretizar as atividades relacionadas com as festas pois Montalegre, culturalmente, está ao nível dos grandes centros.

Perguntou o que é que se pode fazer com a matéria sobrance do desbaste das árvores. Se se deixam no local, em caso de incêndio ainda é pior.

Disse que a intervenção que a Câmara fez no Rigueiro de Sás foi extraordinariamente bem-feita, mas pergunta porque é que não se terminou. Com aquela obra não houve inundações e tirou-se de lá um camião de pneus e outros lixos.

Louvou as intervenções feitas nas Vila com obras que em muito engradeceram Montalegre. A intervenção feita para o Senhor da Piedade vai ficar para a história e quando a obra ficar terminada todos irão concordar.

Estava convencido que o setor agrícola iria ter um reforço. A alimentação do gado está a um preço impraticável e se vão cortar aos subsídios e apoios aos agricultores, como disse o deputado José João Moura, vamos de mal a pior.

Disse que o momento nacional não é famoso, mas a nível local está muito bem e nas próximas eleições o PS vai acertar o passo ao PSD.

O deputado Domingos Vasconcelos falou sobre o desabamento de terras que houve em Còvelo do Gerês que, com a força da natureza, pôs em risco a aldeia de Viveiro e as suas pessoas. A obra foi bem-feita, mas poder-se-ia ter evitado isso se o aqueduto que estava na linha de água estivesse sempre limpo. Aconteceu e traduziu-se em mais despesa para o município.

Falou do campo de ténis de Vila Nova e disse que tem um logradouro que é onde os visitantes que vão à ponte da Misarela estacionam, deveria ser pavimentado e marcar os locais de estacionamento.

Lembrou que a freguesia de Ferral merece mais pois a Câmara Municipal recebe das rendas da EDP e deve haver mais justiça social. Esse dinheiro poderia ser canalizado para um centro de dia, um lar para idosos, uma escola e a Câmara devia investir mais naquela freguesia.

Disse que foi alertado que duas ou três pessoas querem cortar duas carvalhas centenárias em frente à capela. A Câmara deve debruçar-se sobre este assunto.

Perguntou em que ponto está o caminho municipal da Assureira, se o Regimento de Infantaria vai continuar com os trabalhos ou não.

Terminou dizendo que o Senhor Osório da Minerália faltou ao respeito e à verdade sobre o deputado José Manuel Carvalho e o Senhor Presidente da Assembleia



16

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Municipal não foi imparcial. Embora o regimento não o permitisse, quando a honra dos deputados é posta em causa, deve-se abrir exceções.

Disse que um Governo que tem uma maioria reforçada e não consegue governar, não merece a confiança dos portugueses.

O deputado Nuno Miguel Gonçalves Pereira colocou algumas questões ao executivo municipal, nomeadamente se é sua intenção terminar as obras de alargamento e pavimentação da estrada de Pereira em Salto. Tem lá um poste da PT que são os fios que suportam o poste; perguntou também quando é que pretendem terminar as obras de alargamento e pavimentação de S. Bento Sexta Freita em Côvelo do Gerês pois está intransitável depois das máquinas terem lá andado. Em terceiro lugar gostava de saber o que pretendem fazer com a estrada que liga a Borralha à EN103 pelos Padrões. Ultimamente andaram lá a tapar uns buracos, mas o piso está irregular e em mau estado. Também reparou na ausência de sinalização em várias localidades do concelho como, por exemplo, nas pontes, nas curvas e a sinalização horizontal também não existe.

O deputado Hernâni Carvalho deixou um voto de festas felizes a todos e em especial aos emigrantes que é um prazer receber.

Disse que o PSD é muito apressado a formar Governos e a prometer cargos. Ainda a procissão vai no adro. Se já nos foi dado a conhecer um Governo sombra, agora foi-nos dado a conhecer um Governo fantasma. Braga irá ficar sem Presidente da Câmara pois a este já lhe foi prometido uma pasta de Ministro. Só faltou dizer que lugar reservam para o André Ventura. O debate devia centrar-se em ideias e em projetos e não em cargos. Mas após esta indicação, ainda o confundiram mais quando o PSD Montalegre disse que trouxe a Montalegre o futuro Primeiro Ministro de Portugal. Ficou triste porque não se lembrou de ter visto por Montalegre o Pedro Nuno Santos.

Deu os parabéns à Senhora Presidente da Câmara no que diz respeito à descentralização de competências na área da saúde. É inegável que o SNS passa dias completamente desafiantes e que devem comprometer a todos. Assumir responsabilidades nessa matéria é de facto corajoso. É uma excelente notícia para Montalegre quando percebemos que as intervenções que iriam ser feitas no Centro de Saúde de Montalegre começaram com 300 mil euros e agora chegam quase ao milhão de euros. São intervenções de fundo e necessárias para a população e para os técnicos que lá trabalham. A audácia de trazer novos serviços para o Centro de Saúde Montalegre mostra que o barco não anda à deriva e que não se vive só de festas. Perguntou à Senhora Presidente quando é que começam as obras e se mantém a firme a proposta de trazer a valência de fisioterapia. Por defeito da sua profissão tem consciência da importância desta valência para a população evitando distâncias.

Ficou muito contente por o deputado João Soares ter trazido uma poesia e, como se está na época natalícia, termina com uma quadra "Se eu tivesse a mestria do Soares, escrevia à oposição que riam e amenizem, mas depois do que ouvi aqui hoje, só digo, perdoai-lhes, Senhor, que eles não sabem o que dizem".

O deputado Acácio Gonçalves disse que Portugal está de luto e assiste-se a dois casos que tocam a todos: a parte nacional e a parte municipal. Espera que as legislativas e as autárquicas tragam novidades.



17
[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A Senhora Presidente da Câmara disse que é bom sinal quando se vê tanta energia e tanto dinamismo para criticar a Presidente da Câmara. Fica estupefacta como é que há gente tão ofendida porque dizem que alguém atingiu a honra de um deputado e não se preocupam quando chamam a Presidente da Câmara de mentirosa. Mas a Presidente da Câmara não mente. Espera que os deputados se informem das funções e competências de cada um dos órgãos autárquicos. A Câmara Municipal de Montalegre, da qual ela faz parte há 17 anos, com muita honra e orgulho, nunca emitiu parecer favorável a mina de lítio nenhuma. Nem parecer condicionado, nem parecer favorável. A Câmara Municipal de Montalegre emitiu dois pareceres desfavoráveis e no tempo devido e legalmente permitido. O primeiro, com data de 9 de maio de 2022, e que apresenta como conclusão o seguinte: "de acordo com a apreciação vertida nos estudos da Universidade do Porto e da Universidade Nova de Lisboa, a posição do Município de Montalegre relativamente ao EIA da Mina do Romano não pode ser favorável"; o segundo, datado de 3 de agosto de 2023, onde se pode ler "tal como já foi dito em ocasiões anteriores parece-nos que a situação é bastante clara. Percebemos muito bem a importância da exploração mineira no contexto específico da questão da necessidade do lítio a nível mundial, mas, no caso do Barroso, não temos qualquer dúvida do seu terrível impacto agro-ambiental, paisagístico e cultural, mesmo sendo implementadas condicionantes muito rígidas e restritivas. Sabemos também que o sub-solo é pertença do Estado, ou seja, de todos nós, mas o concelho de Montalegre é gerido por uma Câmara Municipal eleita pelos Barrosões tendo como obrigação defender os interesses dos munícipes, especialmente a sua qualidade de vida e o território, respeitando e valorizando todo o seu património, seja natural e ambiental, seja paisagístico ou cultural, como garante dessa qualidade de vida, que se deseja, incluindo identidade e coesão de toda a comunidade. Assim, por tudo o que foi exposto, a Câmara Municipal de Montalegre expressa um parecer desfavorável no âmbito do processo de avaliação de impacto ambiental nº3442 concessão de Exploração de depósitos Minerais de Lítio e Minerais Associados Minas do Romano". São estes os dois pareceres que a Câmara emitiu e são ambos desfavoráveis. Seguiu-se uma providência cautelar, que já está no tribunal, o que significa que não pode haver nenhuma intervenção naquele espaço e o que se pede é que se virem máquinas a laborar que seja dado o reporte para que sejam tomadas as medidas necessárias.

Relativamente ao passado, disse que não há mal nenhum que se mude de opinião e de posição consoante a informação é dada. Só não mudam os burros, no entanto, e como alguém disse, devemos centrar-nos no futuro. Se houve despachos de vereadores da Câmara, são isso mesmo, de despachos proferidos por quem os subscreve. Não são deliberações do órgão Câmara.

Em relação ao tema das acessibilidades, disse que não é preocupação de hoje. Sempre foi uma preocupação da Câmara socialista e continuará a ser. Essa reivindicação será sempre feita e exemplo disso é a obra de beneficiação da EN103 já feita no passado.

Disse que deve honrar Montalegre fazer parte do PNPG e ver o primeiro plano de gestão aprovado que vai possibilitar a aprovação e desenvolvimento de muitos projetos.

Quanto aos caminhos de Santiago, lamenta desiludir, mas também não é novidade. A única novidade é que este ano já pertencemos à rede dos Caminhos de Santiago.



18

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Também estão a ser analisados os diferentes caminhos, um por Vilar de Perdizes e outros por outros locais que estão a ser objeto de estudo e recolha de evidências.

E como não vive só de críticas, agradeceu as muitas palavras de incentivo de tantos deputados. Todos precisamos de incentivo, de apoio, de sugestões e propostas para se seguir em frente com alento.

Quando dizem que as minas terão o nome do Partido Socialista, por mais que não queiram, a licença para a prospeção e que determinou a atribuição de licença para exploração por acaso tem o nome de um Ministro e do Primeiro Ministro do PSD. Lamenta que o PSD queira por um cunho partidário nesta questão quando já se ouviu os hipotéticos líderes a dizer que "isso é uma inevitabilidade".

Vamos é lutar pela nossa terra porque o facto de dizerem que trouxeram alguns dirigentes nacionais cá, se isso fosse currículo e muito positivo para a nossa terra, o nosso concelho era dos mais desenvolvidos do País pois por aqui já passaram das mais ilustres e importantes figuras do país.

Disse que há intervenções malcriadas e atrevidas e, portanto, não as comenta porque as palavras e as atitudes ficam com quem as pratica. Se andam a preparar um projeto político há seis meses, se calhar já vão tarde.

Relativamente às mentiras, disse que dizer que a taxa de execução é de 50% e o excedente é de 6 milhões é pura manipulação de discurso, pois têm esperança de que uma mentira dita muitas vezes, se torne verdade. Até questionou a Chefe de Divisão Financeira pois podia ela ter andado a enganá-la porque não se sabe onde andam os 6 milhões de que falam e toda a gente sabe que não existem no banco para serem usados. Isso não é sério e não é política séria. Quem não sabe destas questões financeiras e contabilísticas é que diz que é uma inércia total. Não é verdade pois deviam saber o que são verbas compromissadas. Os fundos comunitários não vão por água abaixo, não se preocupem. O discurso de não haver nada de positivo, insultuoso e agressivo, não é benéfico para ninguém. Não se ganha nada com isso. A tentativa de colarem o que se passou na Câmara e o que se passou no Governo para pedirem a demissão da Presidente da Câmara não tem sucesso, pois o mandato só acaba em setembro de 2025.

A execução, ao dia de hoje, na receita é de 91,4%, na despesa é de 71,8% e faltam as verbas do Portugal 2020 que ainda não foram validadas pela CCDRN. Portanto, contabilisticamente, a receita tem que estar em linha com a despesa. O valor que falta receber do Portugal 2020 é no valor de 1 milhão e 700 mil euros. Quando esse dinheiro entrar na câmara, a taxa de execução sobe logo.

Disse que gosta de ver as freguesias e as associações a desenvolver inúmeras iniciativas culturais. Estão todos de parabéns. Lamenta apenas o ressabiamento de algumas pessoas pelo facto do executivo ser convidado para estar presente nessas iniciativas. É sinal que gostam da companhia.

Disse que as escolas tinham que estar na ordem do dia e informou que a sala que servia de refeitório não mudou de sítio. É uma questão funcional que diz respeito à escola. A escola está mais bonita, tem espaços devidamente equipados para dar resposta aos alunos para que tenham qualidade e sucesso nos estudos e também para que os professores e auxiliares desenvolvam as suas atividades em prol das crianças com todo o conforto e comodidade.

Não vale a pena dizer que as escolas de Cabril e do Baixo Barroso estão uma desgraça porque em 2024 vão ser iniciadas as obras e está tudo sinalizado. O ano 2024 é o ano



19

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

da execução. Mal comecem a sair os avisos, começam as obras pois os projetos já estão feitos há muito tempo.

Folga em saber que o Presidente da Junta de Cabril também se associa às festas e aproveitou para lembrar que a escola também é uma das suas competências.

Disse que a cerimónia do Juramento de Bandeira foi um acontecimento de grande relevo para o concelho e o qual deve honrar a todos. Foi uma cerimónia de afirmação da pátria.

Assumi que não sabe de tudo, nem nunca há-de saber, mas que não se caia no exagero de dizer que ela não sabe nada. Sabe aquilo que deve de saber, que se preocupa e esforça por saber, que estuda para saber, que procura saber e é muita coisa.

Relembrou que as manifestações não são populistas. Algumas pessoas que participam nelas e que vão apenas com o intuito de caça ao voto é que são populistas. Esteve presente numa manifestação em Chaves na defesa do Hospital de Chaves juntamente com os outros Presidentes de Câmara do Alto Tâmega e Barroso e voltará a ir se necessário for. Não a irão ver em manifestações com o intuito de fazer espetáculo. Há pessoas que vão apenas para manipular opiniões. As pessoas que organizam e vão a manifestações são aquelas que genuinamente lutam por melhores condições de vida para o concelho, defendendo a sua terra e os seus direitos. É com estas pessoas que a Câmara está.

Sobre o Alto das Forçadas, disse que foi ver o que se passa e disse que é uma exploração de quartzo, em terrenos privados, que não carecem de licenciamento e, portanto, não se pode exigir à Câmara aquilo que não se pode exigir.

Pediu ao deputado António Miranda que esteja atento e quando vir alguma atividade que informe para que sejam tomadas as devidas diligências.

Disse que a CIM tomou posição pública a determinado momento também pelo facto dela própria ter feito essa pressão e congratula-se que tenha sido tomada uma posição conjunta. Sobre a Borralha, disse que não é competência da câmara tomar providências neste momento. A APA é que vai diligenciar e por o Estudo de Impacto Ambiental em consulta pública e depois de ser estudado e avaliado, tomar-se-ão as devidas conclusões e decisões. Trabalhar sobre hipóteses não é para a câmara socialista.

Sobre o Rigueiro de Sás, disse que a intervenção vai continuar, mas mais aprofundada. Decidiu suspender os trabalhos nesta fase porque a intervenção tem que ser mais alargada de forma a que fique resolvida de uma vez por todas.

Gostou de ouvir falar no Governo fantasma, mas gosta mais de falar no Governo tripartido.

Quanto à transferência de competências na área da saúde, disse que foi uma luta insistente, mas em boa hora se conseguiu que viessem 950 mil euros para a requalificação do Centro de Saúde.

No início do ano 2024 iniciará a obra. A parte interior do internamento será destinada à fisioterapia e outras valências que ainda estão a ser estudadas. O fisioterapeuta irá também a Salto. Em Salto, a cadeira de dentista vai ser paga pela câmara, tal como a despesa do fisioterapeuta.

2-- Período da Ordem do Dia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.1 – Informação a prestar pelo 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal.

O 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega entregou o seguinte documento à Mesa: "A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso (CIMAT) visa, fundamentalmente, garantir a articulação dos Municípios na materialização de estratégias que envolvam as instituições do nosso espaço territorial, numa verdadeira dimensão supramunicipal, numa lógica de curto, médio e longo prazos, aproveitando as sinergias existentes, otimizando recursos e procurando atrair investimento.

A atividade da CIMAT é norteada nos seus propósitos, pela necessidade de apoiar, estimular e assegurar crescimento e criação de emprego, promovendo o desenvolvimento económico, social e ambiental do território, fomentando a produtividade e a coesão social.

A estrutura Organizacional da CIMAT mantêm-se, após as novas competências assumidas nos últimos anos, estando assim centrada em 4 divisões:

1. Divisão de Administração Geral;
2. Divisão de Planeamento Territorial;
3. Divisão de Promoção e Desenvolvimento;
4. Divisão de Gestão de Fundos Europeus.

A atividade relacionada com o suporte aos Sistemas e Tecnologias de Informação continua externalizada.

Dentro daquilo que são as competências de cada unidade, no ano de 2023 foram desenvolvidas múltiplas atividades, das quais destacamos:

2. Divisão de Planeamento Territorial

Divisão que gere e supervisiona todos os projetos e atividades das áreas do Planeamento, Ordenamento do Território, Transportes, Florestas e Recursos Naturais da Região. Assegura também a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central nas referidas áreas.

2.1. Unidade de Florestas e Serviços de Ecossistema

- Brigadas de Sapadores Florestais

As 2 brigadas de sapadores são constituídas por 28 sapadores e 2 líderes, 6 viaturas e 2 tratores. Realizam serviço requisitado pelos Municípios da Comunidade Intermunicipal e serviço público requisitado pelo ICNF. Estas têm vindo a executar o seu trabalho em todo o território abrangido pelos municípios integrantes da CIMAT. O âmbito de intervenção prioritário visa a realização de ações de silvicultura preventiva, ações de apoio ao combate, rescaldo e ações de estabilização de emergência. A sua produção média diária por Brigada foi de 1,29HA/Dia.

- Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

A CIMAT participa na construção do programa de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Região Norte, e do programa de Ação da Sub-Região do Alto Tâmega e Barroso. Os programas definem os projetos que devem ser prioritariamente implementados, identifica os locais, calendários de execução e recursos necessários, incluindo os financeiros para a sua execução no terreno. No ano de 2024, será iniciada a construção dos Programas Municipais de Execução em articulação com os municípios.

- Projeto piloto de valorização da biomassa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A CIMAT, em parceria com o Município de Ribeira de Pena e a Resinorte, encontra-se a desenvolver um projeto piloto que irá avaliar a viabilidade de implementar um processo de valorização da biomassa florestal e de sobrantes florestais que possa ser replicado no território.

- Projeto POCTEP Aldealix_Aldeias-Modelo

O projeto visa promover comunidades energéticas no território rural (aldeias) da Euro-região baseadas na biomassa, como uma alternativa viável para produzir energia de proximidade através da utilização da biomassa. Cabe à CIMAT promover esta iniciativa, juntamente com o município de Vila Pouca de Aguiar e a freguesia de Tresminas, onde será implementada uma destas comunidades energéticas. Prevê-se que os marcos e as metas definitivas devam ser cumpridos até meados de 2026.

- RN21 - Resina Natural

A CIMAT, no âmbito da transição para uma bioeconomia sustentável, integra o Consórcio RN21 - Inovação na Fileira da Resina Natural para Reforço da Bioeconomia Nacional, que reúne pela primeira vez as empresas e outras entidades de toda a cadeia de valor da Resina Natural em Portugal num Consórcio integrado e mobilizador de investigação e inovação para uma maior valorização da resina nacional.

2.2. Unidade de Mobilidade e Transportes

- Transportes Públicos Regulares

A CIMAT, enquanto Autoridade de Transportes, após o lançamento do concurso público internacional para a contratação de serviço de transporte rodoviário de passageiros do Alto Tâmega, adjudicou a concessão ao operador Flaviamobil, Lda.

Decorrido o período de transição, o novo operador já se encontra no Período de Funcionamento Normal do Contrato, que está a ser realizado de forma faseada, tendo numa primeira fase iniciado em Montalegre no dia 4 de dezembro de 2023 e estando previsto que a segunda fase ocorra no dia 1 de janeiro de 2024, correspondendo ao transporte Municipal Urbano de Chaves e ao remanescente da Rede que inclui o transporte público para as linhas Intermunicipais, Inter-regionais e Municipais nos Concelhos de Boticas, Chaves, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

No ano de 2023, foi ainda dada continuidade à implementação do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART) e do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), os quais têm permitido financiar o desenvolvimento de ações que promovem a redução tarifária nos sistemas de transportes públicos coletivo e respetivo reforço dos serviços em territórios de baixa densidade populacional.

- Apoio na Implementação de Sistema de Transportes Adaptado à Procura para Territórios de Baixa Densidade (Transporte Flexível)

Foi adquirida uma plataforma tecnológica avançada de gestão de transporte de passageiros e do transporte flexível, um importante passo para melhorar a mobilidade, eficiência e atratividade dos transportes públicos.

- Aviso n.º5 /2023 do Fundo para o Serviço Público de Transportes (FSPT)

- Permitted the acquisition of the fiscalization module that will allow the management and fiscalization in real time of the entire network of transport, through which it will be possible to accompany the contract of the new concession of the public transport service.
- Remodeling of the municipal urban signage of Chaves of the network of public transport



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Este projeto contempla a aquisição, instalação a implementação e/ou renovação dos posteletes que integram uma sinalização moderna e funcional, com informação sobre as linhas e circuitos uniformizando a imagem de sinalização das paragens, devidamente integradas no espaço em que se inserem.

2.3. Unidade de Planeamento, Ordenamento do Território, Ambiente, Energia e Recursos Naturais

- Planos Municipais da Ação Climática

Estes Planos têm como objetivo reforçar as capacidades de mitigação e adaptação às alterações climáticas pela adoção e articulação de medidas transversais, setoriais e territoriais, contribuindo para a implementação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC).

- RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos | 2022 e 2023

O projeto é uma iniciativa promovida pelo Fundo Ambiental de forma a devolver as receitas relativas à TGR aos municípios, e a CIMAT é responsável por promover este apoio junto dos municípios que a constituem. O projeto, iniciado no ano de 2022 e com continuidade temporal, visa contribuir para o aumento da quantidade e qualidade da reciclagem dos resíduos, com particular ênfase nos biorresíduos, promovendo a redução da deposição de resíduos em aterro.

- Atlas da Água do Alto Tâmega

Integrada na operação designada por “Elaboração de Planos de Ação de Natureza Territorial e Temática do Alto Tâmega”, este Estudo consistiu na promoção de um plano de ação de natureza temática focado na água, incluindo um detalhado estudo sobre as características dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Alto Tâmega e Barroso, desenvolvendo uma importante ferramenta para o planeamento e gestão destes recursos.

- Alto Tâmega e Barroso 360°

Integrada na operação designada por “Elaboração de Planos de Ação de Natureza Territorial e Temática do Alto Tâmega”, este Estudo consistiu na promoção de um plano de ação de prospetiva e planeamento focado nas temáticas mais relevantes para o futuro da região.

- Elaboração do Programa Regional de Ordenamento do Território do NORTE (PROT-NORTE)

O PROT-NORTE é um instrumento estratégico de Ordenamento do Território, e consubstancia-se numa Estratégia que contém o Modelo Territorial, um Programa de Execução designado como “Agenda Transformadora”, e ainda um Relatório de Diagnóstico, Relatório Ambiental e um Sistema de Indicadores. A CIMAT integra a Comissão Consultiva que acompanha a elaboração deste programa, cujo processo iniciou em 2022 e vai prolongar-se pelo ano de 2024.

- Elaboração das bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica de Trás-os-Montes

A CIMAT integra o grupo de trabalho criado com o objetivo do combate à escassez de água; estabelecer metas e horizontes temporais de eficiência hídrica para os principais usos, nomeadamente os associados aos setores agrícola e urbano; identificar medidas de curto e médio prazo que promovam a utilização de água para reutilização e a eficiência hídrica, assim como os fatores críticos para o seu sucesso; e soluções estruturais e novas origens de água que complementem o previsível decréscimo do recurso por via das alterações climática.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

3.Divisão de Promoção e Desenvolvimento

Unidade que gere e controla todos os projetos e atividades relacionadas com o desenvolvimento da economia e do turismo, bem como projetos relacionados com a capacitação e qualificação de jovens e trabalhadores e atividades de apoio no âmbito da saúde e cultura.

3.1.Unidade de Empreendedorismo e Captação de Investimento

O empreendedorismo é uma das diversas áreas de atuação da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, tendo esta entidade, ao longo dos últimos anos, desenvolvido um conjunto de iniciativas que visam captar pessoas e riqueza para o território, levando assim a cabo várias atividades estruturadas que tiveram por principal objetivo apoiar o desenvolvimento de ideias de negócios e criar as condições para uma fixação sustentável de novas start-ups.

São exemplo:

- Rede de Mentores do Alto Tâmega e Barroso;
- Concurso de Ideias “Empreender no Alto Tâmega e Barroso” – que já soma quatro edições;
- Gala do Empreendedorismo e das Empresas do Alto Tâmega e Barroso.

Ao longo deste tempo em que a CIMAT tem vindo a apoiar os diversos empreendedores, contribuindo assim para impulsionar o empreendedorismo na região, o sentimento de que estes necessitavam de um apoio mais estruturado e prolongado tornou-se evidente, o que levou a que em junho deste ano (2023), fosse criada a Stage One – Incubadora da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso.

A Incubadora tem como sede as instalações da CIMAT, sendo que a sua estrutura física se estende a seis espaços de cowork, um em cada município que integra a CIM, e oferece três modalidades de incubação: Pré-incubação, Incubação Virtual e Incubação Física. O período de candidaturas à Incubadora decorre em regime contínuo.

No dia 15 de novembro deste ano viu o seu pedido de certificação validado passando, assim, a integrar a Rede Nacional de Incubadoras (RNI), sob gestão direta da Start-up Portugal.

Atualmente encontra-se a prestar apoio aos cinco projetos incubados na modalidade de incubação virtual, a preparar a candidatura a remeter ao IAPMEI para obtenção da certificação da Incubadora a StartUP Visa (de nos termos do Aviso do Concurso 2023-01) e aguarda a abertura do formulário de candidaturas ao Aviso Vale Incubadoras e Aceleradoras (data prevista: 14/12/2023) para submissão do projeto da Incubadora que visa, através do presente apoio, especializar a Stage One numa incubadora vocacionada para o apoio a negócios/ideias de negócio orientadas para os ecossistemas Bio e valorização do recurso Água.

3.2.Unidade de Cultura, Turismo e Educação

- Posto de Turismo do Alto Tâmega e Barroso – Projeto concluído em 2020. Esta aposta faz parte do plano estratégico para o desenvolvimento turístico do Alto Tâmega, realizado pela CIMAT, em consonância com os seis municípios que integram o território (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar). O principal objetivo deste investimento é atrair mais pessoas para a região, aumentar a taxa de permanência dos que a visitam que passou de 1,7 noites para 1,9 noites e servir de complemento aos Postos de Turismo já existentes em cada município, concentrando informação turística sobre todos, setor hoje que já representa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

cerca de 60M€ de receitas anuais. Este espaço vai ultrapassar até ao final do ano os 40.000 visitantes.

- Água, uma experiência cultural - Reconhecimento e afirmação do recurso “Água” como elemento cultural primordial no Alto Tâmega. Esta candidatura permitiu mantermos a presença integrada do território em feiras internacionais;
- Alto Tâmega - Destino Termal - Valorização do Alto Tâmega enquanto destino turístico, através da dinamização e promoção dos seus recursos endógenos diferenciadores;
- Alto Tâmega Turismo 4.0 – Permitiu reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, com prioridade na concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.
- ArtFest - PATRIMÓNIO CULTURAL - Animação, Programação Cultural e Eventos Culturais Imaterial) – Este projeto visou a realização e promoção de eventos itinerantes pelos 6 Municípios com vista à valorização e dinamização dos espaços e à promoção turística e cultural da região.
- Modernização e Capacitação da Administração Local - Investimento na qualificação de trabalhadores (incluindo eleitos locais) e capacitação dos serviços da Administração Local, com vista a uma maior eficiência, eficácia e qualidade visando as novas exigências do processo de descentralização;
- PIICIE - A operação visa dar continuidade às atividades de monitorização e avaliação desenvolvidas pelos diferentes programas de combate ao insucesso escolar. A avaliação final do PIICIE aferirá o cumprimento das metas e resultados contratados, os impactos imediatos do projeto e produzirá conclusões e recomendações de suporte a um novo ciclo de projetos. Serão igualmente referenciadas boas práticas e definido um plano de ação para a criação e implementação do sistema integrado de combate ao insucesso escolar.
- Laboratório Colaborativo Aquavalor – Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia da Água, Associação – Continuação das suas atividades de investigação e transferência de tecnologia, tendo sido a base da criação da Escola de Hotelaria e Bem-Estar do Instituto Politécnico de Bragança – Campus da Água que já conta com 150 estudantes. O Aquavalor entre muitas atividades conta com 18 colaboradores e já foi capaz de angariar 6,5M€.

3.3.Unidade de Promoção de Produtos Endógenos

Pretende-se com esta unidade valorizar os produtos endógenos de toda a CIMAT com os circuitos curtos de comercialização, imagem, marketing, agricultura biológica, nichos de mercado, mercados internacionais, ou outros que acrescentem valor aos produtos, o que contribuirá para a melhoria do desempenho dos produtores.

- Aqua Wine Fest 2023 - decorreu nos dias 6 e 7 de outubro em Valpaços. Evento que contou com animação musical, gastronomia regional, 25 produtores de vinho da região e 3 empresas de água da região;
- Participação no XANTAR – Ourense 2023 - O evento decorreu entre os dias 2 e 5 de novembro Promoção dos produtos endógenos na feira que se apresenta como a única feira internacional de turismo gastronómico acreditada na península Ibérica.
- Participação XIX Féria Hispanolusa de Produtos Ecológicos – Ecocultura - Decorreu de 13 a 15 de outubro em Zamora. Além da divulgação do território Bio e dos produtos com essa certificação, foi também apresentada uma comunicação oral no seminário do evento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- Celebração do Dia de São Martinho com oferta de castanhas assadas aos alunos de todos os agrupamentos escolares do território, Castanhas DOP da Padrela com certificação biológica. A atividade decorreu nos dias 9 e 10 de novembro.
- Comemoração do Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) junto dos envolvidos no Projeto "Diabetes em Movimento" de Pedras Salgadas e Vila Pouca de Aguiar, no sentido de promover hábitos de consumo saudáveis, uma vida ativa e amiga do ambiente.
- Participamos ainda com sucesso na candidatura à criação de uma nova AECT Gerês/Xures que teve data de assinatura em 14/12/2022 e que poderá constituir-se como um novo organismo capaz de captar verbas na dimensão da cooperação transfronteiriça para o parque da Biosfera do Gerês.

4. Divisão de Gestão dos Fundos Europeus

Divisão que assegura a gestão técnica dos fundos comunitários contratualizados entre a CIM do Alto Tâmega e Barroso a Autoridade de Gestão do Programa Operacional NORTE2020, através do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT).

A Dotação contratualizada do PDCT para o período de 2017 a 2023 foi de 47.164.418,00€. Contudo, o PDCT viu a sua dotação global diminuída para 43.136.304,37€ na sequência de 3 Exercícios de Otimização à Escala Intermunicipal ("Soma Nula"), que permitiram movimentos financeiros entre operações, com vista a uma execução mais eficaz dos fundos europeus, saindo reforçadas as operações do PARU e do PROVERE.

Da dotação do PDCT2020:

- 9.186.545€ destinaram-se ao financiamento de projetos de investimento de iniciativa privada;
- 33.949.759,37€ ao financiamento de projetos públicos (municípios e IPSS).

Segundo os dados da monitorização com apuramento extraído a 02/11/2023, o PDCT do Alto Tâmega e Barroso apresentava uma taxa de execução de 88,2%, em linha com a média de execução dos PDCT da Região Norte.

Encontramo-nos na fase final do processo de encerramento do Programa NORTE 2020, tendo 30/11/2023 sido a data-limite de elegibilidade das despesas, pelo que, à data, decorre o período de submissão dos últimos pedidos de reembolso relativos às operações em curso. Só em finais de dezembro vamos ter valores reais da execução efetiva dos investimentos que consubstanciam o PDCT que se deverão aproximar de uma taxa aproximada de 95% de execução.

Quanto ao PDCT 2030, após 10 meses de negociação durante o presente ano, o valor final contratualizado para o Alto Tâmega e Barroso no período 2023/2029 será de 90.059.165€, um valor superior em 40,4% em face ao valor total atual do PDCT+PEDU+PARU+PAMUS. Encontra-se neste momento a apresentação da ITI-Centros Urbanos que tem o Município de Chaves como líder do consórcio Cidades da Água. Em janeiro de 2024 será iniciada a negociação do programa PROVERE2030.

A CIMAT foi ainda bem sucedida à candidatura PRR_Espaços de Cowork - Este projeto consistiu na realização de obras de remodelação/adaptação interior do edifício sede da CIMAT, dotando-o de todas as condições necessárias para a instalação de um espaço de cowork, que tem como finalidade criar, um conjunto de valências congregadas num mesmo espaço, para que este possa vir a ser utilizado por pessoas que integram vários serviços da Administração Pública, promovendo a sua descentralização e desconcentração gradual; modificando o paradigma de prestação de trabalho a partir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

de um único local; potenciando a melhoria da conciliação da vida pessoal e profissional e o reforço da atratividade do trabalho em funções públicas. Neste momento já temos alojados 7 colaboradores da UTAD que trabalham em regime de teletrabalho. Assinado, Ramiro Gonçalves, Primeiro Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega e Barroso”

Inscreveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura, em nome do PSD Montalegre deu os parabéns ao Senhor Secretário Geral da CIM pelo trabalho exemplar que fez. Ele, enquanto membro da Assembleia Intermunicipal, já tinha assistido a uma dinâmica que gostava que fosse transplantada para Montalegre, que diz respeito aos valores da taxa de execução. Era ótimo se Montalegre seguisse essas pegadas.

Como há uns anos já tinha falado da questão dos transportes, fica feliz que Montalegre tenha sido a cobaia da nova experiência, com o novo operador, e ser um sucesso. Oxalá a questão dos transportes progrida e não haja grandes mazelas para a população em geral. Posto isto, manifestou preocupação quanto às acessibilidades de Montalegre tanto para o Hospital de Chaves como para a ligação à rede nacional de autoestradas. Montalegre, relativamente aos outros municípios pertencentes à CIM, continua a ficar cada vez mais para trás nesta questão. Desta forma e em forma de solicitação, pergunta se através da CIM é possível a retificação da estrada nacional 507 que liga Chaves até ao limite do concelho. Se for avante o encerramento os serviços de urgência pediátrica e médico-cirúrgica no Hospital de Chaves, vão ter que fazer mais 70 km até Vila Real. Está-se a falar de uma distância superior a 100 km e a duas horas de distância. As acessibilidades são extremamente importantes e Montalegre precisa de uma ligação condigna à A24 e se o Governo Central não tem essa sensibilidade, pelo menos a CIM que a tenha.

Relativamente à Euro-região, perguntou em que ponto está esse assunto pois acredita que com ela seja mais fácil desenvolver projetos intermunicipais e transfronteiriços, quer no turismo, na saúde, na educação e até na energia.

Deixou o desafio ao 1º Secretário, dizendo que o PSD Montalegre gostava de ver reabilitado o caminho para Santiago por Vilar de Perdizes. Sabe-se que cada vez há mais peregrinos para irem para Santiago e que se estão a bater records de investimentos, principalmente no mundo rural. Será esta promoção, que não deverá ser difícil de fazer, que permite fixar pessoas, criar novas fontes de rendimento e desta forma combater a desertificação da região.

Desejou continuação de bom trabalho e que o ano 2024 seja melhor que o anterior.

O 1º Secretário Executivo da CIM do Alto Tâmega e Barroso disse que a questão das acessibilidades está em todos os documentos desde 2018 enviados para a CCDRN, para o Ministério da Coesão ou para o Ministério das Infraestruturas e em todos se diz que o eixo Montalegre- Valpaços tenha de ser tratado. Não há nenhum território que se consiga desenvolver quando as portas de saída são mais fáceis que as portas de coesão do próprio território. Até hoje não foi possível arranjar dinheiro no orçamento de Estado, nem gestão de fundos europeus pois este tipo de infraestruturas não tem sido financiáveis.



 27

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Transmitiu à Assembleia que nos primeiros dias de janeiro de 2024 vai iniciar-se a pavimentação de todo o troço entre Soutelinho e a entrada de Chaves.

Disse que está aprovado o projeto Gerês-Xurês e Montalegre é o único concelho da CIM que entra pois tem uma parte muito relevante do PNPQ e vai permitir que se possa candidatar a fundos do INTERREG e ir buscar dinheiro que possa consubstanciar investimento, quer do lado português, quer do lado espanhol. Isto é muito relevante pois os fundos europeus não estão num envelope com dinheiro que depois é distribuído e gasto como se queira. Os fundos já vêm completamente alinhados nas várias áreas e dentro disto é que alguns podem concorrer. Nos fundos transnacionais, a CIM não pode concorrer a não ser que seja parceira, mas nunca como líder.

Tudo o que se possa fazer a nível turístico como forma de atração é muito importante e exemplo disso são as feiras do fumeiro que vão decorrer durante uma época baixa a nível turístico no Alto Tâmega. Tudo o que sejam eventos, tudo que sejam ativos para o território são muito relevantes.

Relativamente ao caminho de Santiago, disse que temos a sorte da Vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar ser a Presidente da Federação dos Caminhos de Santiago e, portanto, está dentro da equipa e tudo isso está a ser feito.

Disse ainda que os ativos não têm todos o mesmo valor e deu o exemplo da EN2. Já se tentou colocar outros ativos de outras estradas que até são mais bonitas, mas não vendem. Seria preciso um investimento enorme a nível de marketing turístico para que se coloquem como ativos a render.

A boa articulação entre os seis municípios permite alcançar determinados resultados e ter algum sucesso. Vai abrir em 2024 uma piscina a céu aberto com águas termais em Chaves, uma pista de ski indoor em Ribeira de Pena e com tudo isto somado ao existente, o nosso objetivo é prolongar a estadia dos turistas o maior tempo possível de forma a enriquecer cada vez mais o território.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.2 – Apreciação e votação da ata n.º 4 da sessão ordinária do dia 28 de setembro, do ano 2023.

A ata da sessão ordinária do dia 28 de setembro de 2023 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com quatro abstenções dos deputados Fátima Crespo, Nuno Alves Pereira, Márcio Azevedo e Rui Pedro Gonçalves.

2.3. Apreciação da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.



28
Fum

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais perguntou se está certo ou se será um erro seu de interpretação quando, no segundo parágrafo, a Senhora Presidente diz que dos 27 milhões recebidos, 19 milhões são de receita corrente, correspondente o diferencial de 3 milhões de receita de capital. Ele diria que a diferença seria superior com a leitura que está.

Relativamente à censura feita ao deputado José João Moura quando disse que manipulou os números relativamente à taxa de execução de receita, neste documento vem espelhado que a receita de capital corresponde a uma taxa de execução de 54,4%.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu e disse que não adianta manipular discursos. Uma coisa é o discurso contabilístico/ financeiro, outra coisa são os números que interessam às pessoas e que é saber quanto dinheiro se gastou e quanto dinheiro há. A taxa de execução está nesses valores porque ainda não se fez a alteração modificativa que vai explicar os números com a transparência.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.4. Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais – ano 2023, terceira alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, terceira alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Atividades Municipais, terceira alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado António Cascais.

O deputado António Cascais disse que tem alguma dificuldade em compreender o documento e provavelmente por falta de informação sua. Não compreende porque é que tem que se retirar estas obras do orçamento por não terem sido executadas. Do ponto de vista político, disse que a receita não foi obtida tal como não foram feitas as obras. A taxa de execução não é de 100% e isto traduz falta de rigor no planeamento e falta de rigor na execução. Não sabe se é por imposição dos regulamentos legais que tem que ser retirado do orçamento e a taxa de execução do mesmo seria outra.

A Dra. Maria José Baía, a pedido da Senhora Presidente da Câmara, esclareceu que quando se inscreve a receita em 2023 e ela não é executada, ela é transferida para 2024. A lei não deixa que a receita esteja nos dois anos, daí ter que se retirar do ano 2023. Não foi recebida em 2023, passa para 2024. Ao tirar a receita tem que tirar a despesa.



29
Fung

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por maioria com oito votos contra dos deputados José João Moura, António Cascais, Ana Francisca Martins, Domingos Vasconcelos, Alívio de Freitas, Sandra Gonçalves, Nuno Miguel Pereira e José Manuel Carvalho e com uma abstenção do deputado Manuel Carrelo.

2.5. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2023. / artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março – para conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.6. Documentos Previsionais para o ano económico de 2024 – Grandes Opções do Plano de Atividades e Proposta de Orçamento da Despesa e da Receita – Mapa de Pessoal para 2024 – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados José João Moura, Sandra Gonçalves, João Carlos Rodrigues e Hernâni Carvalho.

O deputado José João Moura entregou a seguinte declaração de voto à Mesa: "Considerando os termos da proposta apresentada relativamente ao orçamento no valor de 27,4M€ pela Câmara Municipal de Montalegre para o ano de 2024, os deputados do PSD na Assembleia Municipal de Montalegre consideram que:

1) Este orçamento acaba por ser um copy past de orçamentos anteriores, em que apenas reflete as prioridades políticas da maioria socialista; Perguntamos mais uma vez se estas obras vão sair do papel:

a) Pavilhão Multifunções de Salto: está nos Planos desde 2012 e já vai na 5.ª versão. Já se gastaram quase 300.000€ em projetos de arquitetura. Fica a pergunta: quanto tempo mais os atletas do futsal do GD de Salto, incluindo os miúdos, vão ter um teto na sua terra para jogar e treinar?

b) Canil municipal: está nos Planos desde 2018; um desrespeito pela lei e direitos dos animais, com riscos para segurança e para a saúde pública?

c) Creche de Salto: já foi candidatada a fundos comunitários no Portugal 2020, mas não foi aprovada.

d) Escola Básica e Jardim de Infância de Cabril e Centro Escolar de Montalegre: tenham financiamento aprovado no Portugal 2020, mas transitaram para o Portugal 2030 por incapacidade de execução da Câmara. Quanto tempo mais as nossas crianças vão ficar sem recreio quando chove e a ter aulas em contentores e em salas de aulas com infiltrações?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

- e) Pontos de recolha de entulho a distribuir pelo concelho (11 contentores): que se passa com este projeto? Quanto tempo mais vamos ter que ver entulho das obras um pouco por todo o lado?
 - f) Saneamento de Parafita, de Padornelos e de tantas outras localidades onde há necessidades nesta área.
 - g) Abastecimento de água ao Barracão, a Padornelos e a tantas outras localidades onde há problemas.
 - h) Arruamentos em Donões, Meixedo, Parafita, Caniçó, Fafião, Travassos da Chã, São Lourenço, Vila da Ponte, Friães, Viade de Baixo e Cambezes. Arruamentos nas freguesias de Outeiro, Salto, Reigoso, Tourém e Padornelos, e nas Uniões de Freguesias de Sezelhe e Covelães e de Vilar de Perdizes e Meixide.
- Estas o PSD gostaria que fossem efetuadas:
- i) Campo de futebol que permita ao GD de Vilar de Perdizes jogar em casa no campeonato de Portugal.
 - j) Reparação da rede viária concelhia, marcação das estradas e limpeza das suas valetas.
 - l) Caminhos agrícolas em todas as freguesias.

2) Relativamente ao Plano e orçamento da câmara para 2024 não se apresentam soluções que possam vencer o marasmo, por força de ausência de ideias, prioridades e verdadeiras soluções, essenciais para uma orientação estratégica de desenvolvimento social, económico e cultural do concelho.

E reflete a falta de capacidade técnica e política dos Executivos municipais do PS, tanto em termos de planeamento como de realização, que se comprova pela baixíssima taxa de execução dos últimos PPI's (plano de obras e investimentos no Município): em 2022 foi de 47% e para 2023 projeta-se uma taxa de execução pouco acima dos 50%.

O plano é assim pobre e incompetente, pois o pouco que se fez, foi um esbanjamento de dinheiro público, ficando adiadas a concretização de oportunidades reclamadas pelos municípios de Montalegre, que se veem assim sem uma orientação estratégica de desenvolvimento social, económico e cultural do concelho.

Há muito a fazer em Montalegre, quer na Educação, na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, no Desporto, na Cultura, prioridades que são elencadas no vosso discurso mas cuja resolução não sai do papel, porque não há uma estratégia e tardam as soluções para os verdadeiros problemas porque não estão definidas prioridades e essa é a verdadeira pecha para a falta de concretização.

Constata-se ainda que, o valor do investimento no Plano e Orçamento para 2024 têm outros aspetos negativos que reforçam o nosso voto contra, nomeadamente o facto de não haver qualquer dotação orçamental para obras que permitam ao GD de Vilar de Perdizes jogar em casa no Campeonato de Portugal e o valor exagerado da despesa para o desporto automóvel em 2024 (Rallycross), que ascende a 705.000€, mais 150.000 que no ano anterior;

Face ao exposto, o voto dos deputados eleitos pelo PSD de Montalegre é contra o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2024.

Só é vencido quem desiste de lutar. Assinado, o deputado municipal José João Moura."

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: "Aproveitando a "onda" das citações, Platão disse: "Ninguém é mais odiado do que aquele que diz a verdade", pois bem, vamos dizer mais algumas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Os deputados socialistas não sei de que país estão a falar, mas de Portugal não é certamente. Pois os casos de corrupção e conseqüentemente as demissões são um facto, assim como a prescrição de vários processos desta natureza, por inercia da justiça. Dezenas de urgências hospitalares encerradas, milhares de crianças e jovens sem professores, dois milhões de portugueses em risco severo de pobreza e por aí em diante, isto é a realidade de Portugal.

Senhora presidente, por muito que tente negar, um parecer favorável à mineração em papel timbrado com o brasão do município de Montalegre, será sempre um parecer favorável. A desculpa do Governo do Passos Coelho ter autorizado o estudo geológico do país, está poida e atenta à inteligência dos munícipes.

No que diz respeito à mineração na Borralha, o plano de lavra apresentado pela Mineralia é mais do que suficiente para que o município tome uma posição clara e inequívoca e arregace as mangas para travar o processo, mas não, pois a presidente declarou publicamente mais que uma vez o seu consentimento e entusiasmo em relação a este projeto.

O mesmo entusiasmo não se reflete na execução do Orçamento projetado para o município no ano transato. Uma vergonhosa execução inferior a 50%.

É sempre um copy/ paste, pura incompetência, há sempre um "MAS", há sempre um passa culpas, as obras não saem do papel ou estão ano após ano em fase de execução. Dizem vocês que está tudo pensado há muitos anos e isso é evidente, temos um concelho estagnado em modo de gestão corrente.

Por último, deixar um reparo da falta de imparcialidade do Presidente da Mesa. Percebe-se o porquê de não permitir que as assembleias sejam transmitidas em direto. A indelicadeza como tratou o líder de bancada do PSD por usar a palavra "insolente" não foi recíproca quando um deputado socialista usa o termo "acertar o passo" ao PSD.

Após ouvir aqui a senhora Presidente da Câmara usar o termo "banzada" para exprimir o seu estado, parece-me que não poderá doravante julgar-me por dizer que "o seu discurso bem espremido não dá sumo nenhum", ou ainda que "para a bajular está cá a bancada socialista." Tenho dito. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves."

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: "Sr. Presidente, Sra. presidente da Câmara, Srs. vereadores Srs. deputados: temos um bom Plano e Orçamento para 2024. Pena é que não mereça a concordância de todos e tenha tido os votos contra da oposição na Câmara Municipal.

Mas vamos ao Plano: um Plano nunca nasce do zero e há sempre obras anteriores para concluir ou outras com prazos mais dilatados. Há por isso continuidade por essa razão, mas há também continuidade na renovação de infraestruturas e equipamentos novos para promoção do desenvolvimento tendo em conta o programa político que mereceu aprovação e confiança da maioria dos Barrosões.

Há previsão de bom aproveitamento de fundos comunitários, o que se traduz de imediato em investimento e empenho, mas também em desenvolvimento e qualidade de vida na nossa terra para o futuro.

-Há conservação e requalificação das aldeias;

-Há infraestruturas de valorização e atratividade da sede do concelho; a piscina municipal por exemplo, que penso que estará para breve a sua reabertura, deixo aqui a pergunta à Sr.ª presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Porque é que isto não merece a concordância de todos?

Há investimento reforçado: na cultura, na educação, na saúde, nos apoios sociais

-Na habitação

-No turismo, na promoção de produtos locais e do território

-No apoio à economia, ao emprego, aos produtores na agricultura, na pecuária, no fumeiro, na batata, no centeio;

-Ou no desporto, onde se faz um investimento de cerca de 400 mil euros, que se traduzem nos protocolos com os diversos clubes que formam homens e mulheres do futuro, que estimulam os valores da camaradagem, da disciplina e da solidariedade.

Porque é que não merece a concordância de todos?

E há contas certas e vão continuar!

Há muito que se faz, e fica sempre muito para fazer, mas temos muita despesa social, despesa para garantir a estrutura funcional da autarquia, a qualidade dos serviços, o apoio às instituições e muito muito emprego. Há muito investimento também, mas asseguramos recursos próprios para os garantir.

Então não merece concordância de todos porquê?

Não merece a concordância de todos, não porque seja errado, mas por meras justificações de combate político e por outras fora de qualquer contexto, e não propriamente pelo que está proposto para se fazer durante o ano de 2024.

O Plano é bom, é inovador, aposta nas pessoas, estabelece prioridades, mas dá confiança no futuro.

Senhor presidente Sr.^a e Sr.^o deputados: Havendo muitos pontos que merecem referência neste Plano, quero ficar-me na inscrição do projeto "Centro de Recursos" de Montalegre proposto pela senhora presidente da Câmara, por ser uma grande ideia, uma grande iniciativa e por vir complementar e aprofundar, dar novo impulso e inovação ao que já se faz no dinamismo económico do concelho, que tem mais de 2 mil produtores no agropecuária, muitos investidores e emprego na restauração e turismo, nos produtos locais e nos serviços associados.

O Centro de Recursos estará em fase de projeto aberto. Será uma estrutura física com equipamentos dotado de variada capacidade técnica. Será uma estrutura de conhecimento e inovação. Está aberta a quem regressa, a quem começa e a quem quer crescer, fazer mais e melhor.

Será a continuação dos vários sistemas e incentivos existentes, o reforço da sua capacitação, com nova organização, ambição, modernização, com aposta na tecnologia e em nova infraestrutura.

Pode servir de extensão de serviços públicos e autárquicos, de apoio às cooperativas, às empresas, será direcionado para a formação, qualificação e para apoio na criação de empresas na nossa terra.

Pode ser o maior polo de transformação das empresas existentes para se modernizarem, para produzirem mais, para produzirem melhor, para ganharem mais e pagar melhor aos trabalhadores. Mas será uma incubadora de novas ideias e novas empresas, também de novas tecnologias, sobretudo para jovens empreendedores que terão ali recursos, instalações e todo o apoio necessário.

É um projeto de ambição da Câmara, um projeto de apoio, que pode ser de âmbito individual ou coletivo, mas uma estrutura de apoio técnico, social, económico, de cooperação e político.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Um projeto de grande desafio, para quem quer crescer, um projeto que se exige nestes tempos de mudança para quem quer ter sucesso, para quem quer apostar na nossa terra, e para quem quer um futuro melhor para Barroso e para os Barrosões!

Só por isto, o Plano merece todo o apoio.

Este é um Plano inteiro, para todos, de inovação e de reforço da esperança no mundo rural. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O deputado Hernâni Carvalho disse que todos têm o direito a ter ideias diferentes sobre o mundo, sobre a vida e sobre política. Há um problema que é inegável e, ao contrário de outros que dizem que está tudo mal, o PS não esconde que há problemas e que há muita coisa por fazer. O problema inegável é a separação na transição do quadro comunitário. Esta separação, na sua ótica, existe naquilo que é a sensibilidade dos territórios a nível municipal e supra municipal, designadamente das CIM's, e é a vontade quando se gizam os quadros comunitários.

Pensa que há de facto um distanciamento muito grande e que deve ser feito um aproximar de vontades porque é assim que o país se desenha. E esta transição de Quadro Comunitário não está atrasada por culpa do município de Montalegre mas sim de alguém que provavelmente nem está em Montalegre. Isto faz com que para muitos dos projetos em plano, momento este de transição penalize toda a gente. Isto tem que ser admitido de forma séria e honesta.

De facto, vai haver festa e é a festa de um território que se faz voltado para as pessoas. Vamos ter festa naquilo que é a nossa grande diferença sobre a economia social, quando com o apoio às equipas de sapadores, para além do trabalho que fazem, se promove o emprego. Vai haver festa quando se fala no investimento feito no âmbito da proteção civil que, além de proteger o território, promove o emprego. Vai haver festa quando se apoia o setor pecuário e se afirma Montalegre como uma terra onde a pecuária é decisiva e se aposta e se faz festa com este sector. É a marca do PS que alguns desdenham e que faz com que percam eleições após eleições e não percebam o porque! Porque não se focam nas pessoas, nas propostas e naquilo que o orçamento traz de bem. Com isto não está a dizer que este orçamento está excelente. O que é preciso fazer não pode ser refletido num só orçamento. Pensa que toda a gente se devia focar no que se traz de novo. Devemos olhar para uma incubadora de empresas que está a ser gizada e que pode ser transformadora do território.

Informou que Salto acolhe seis famílias que estão em teletrabalho e que vieram de fora pela pressão da crise da habitação e se instalaram em Salto. São mais seis casas que deixam de estar vazias, são mais seis rendas que se recebem, são mais seis pessoas a comprar nos supermercados e são mais seis pessoas que marcam a diferença numa vila pequena como é Salto. Pode Montalegre ser um território diferenciador neste sentido, pois Montalegre dá condições a nível da saúde, proteção civil, segurança e tem condições de dar às famílias aquilo que elas precisam.

É um orçamento ambicioso, que cumpre com o compromisso sufragado pelos eleitores que a oposição, quando perde, desrespeita. A democracia tem uma coisa bonita que é fazer que as pessoas acreditem naquilo que as serve melhor porque o tempo em que se julgava as pessoas como ignorantes já lá vai.

Terminou citando Jacques Delors " torna-se insustentável considerar o crescimento económico com todo o custo como a verdadeira via de conciliação entre o progresso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

material e a equidade, o respeito pela condição humana e pelo capital natural que temos obrigação de transmitir em bom estado às gerações vindouras."

A Senhora Presidente da Câmara começou por dizer que estava ainda mais banzada com alguns considerandos, sendo que banzada é uma palavra do léxico português, consta no dicionário e significa "admirada". Pena que nem todos o saibam.

Afirmou que gostou muito da intervenção feita pelo deputado João Carlos Rodrigues, ainda bem que há gente que sabe o que é um centro de recursos. O executivo acredita que uma incubadora de empresas é um projeto que serve para o concelho.

Ficou admirada como é que gente de Montalegre não comenta e elogia uma série de arruamentos feitos. Só veem o que está por fazer. Continuar a falar no campo do Vilar de Perdizes já explica tudo. Há 34 anos que o PS diz que não se fez tudo, mas há compromisso de o fazer, de fazer bem e para as pessoas.

Quando se fala em falta de médicos nos hospitais, pergunta se também veem o mesmo nos hospitais privados. Se os governos tivessem coragem, se calhar as soluções seriam outras e a falta de médicos já não se verificava.

Voltar a falar do lítio nestes termos é hilariante. Em 2016, na assembleia municipal, o PSD e o CDS reclamavam que não se devia deixar fugir o lítio para Boticas. Em 2017, fizeram desta matéria campanha de ataque à câmara porque deixava fugir este projeto que, no entendimento do PSD, iria salvar o concelho.

Em 2019, diziam, em comunicado, que o lítio seria um ótimo projeto para o desenvolvimento do concelho e que esperavam não se deixasse escapar. Mais divagações não há necessidade delas pois estão as atas da assembleia Municipal para o comprovar.

Terminou dizendo que em Montalegre vive-se muito bem. Tem os recursos para que as famílias vivam muito bem. Perguntou o que se pode esperar de projetos que só estão a ser preparados há seis meses.

Deliberação: Aprovado por maioria com dez votos contra dos deputados José João Moura, António Cascais, Ana Francisca Martins, Domingos Vasconcelos, Sandra Gonçalves, Nuno Miguel Pereira, José Manuel Carvalho, Manuel Carrelo, Acácio Gonçalves e José Acácio Gonçalves e com duas abstenções dos deputados Rui Rodrigues e Germano Batista.

2.7. Retificação à redução da taxa de IMI sobre imóveis para o ano de 2024 no âmbito da alteração introduzida pela Lei n.º 56/2023 de 06 de outubro ao artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003 de 12 de novembro que aprovou o CIMI – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2.8. Não atualização dos valores das taxas e preços constantes da Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais em vigor no Município de Montalegre de forma excecional para o ano de 2024 – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.9. Autorização de concessão do direito de uso privativo de três postos de carregamento de mobilidade elétrica, por concurso público, e respetiva aprovação das peças procedimentais. DF N.º 156/2023 – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.10. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado José João Moura.

O deputado José João Moura entregou a seguinte declaração de voto à Mesa: "Os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre vêm justificar o seu voto à minuta do contrato-programa da EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, com o município de Montalegre nos seguintes termos:

1) A posição do PSD acerca desta matéria continua clara, objetiva e coerente com votações anteriores.

A EHATB foi criada e muito bem de forma a aproveitar os recursos naturais da região. Gerava receitas próprias que reforçavam os orçamentos dos 6 municípios que a constituem em prole do desenvolvimento urbano e rural, e esteve na génese da criação da comunidade intermunicipal do Alto-Tâmega e Barroso.

2) Entretanto ocorre a desvirtuação inicial com o financiamento de eventos e obras das Câmaras, através dos chamados "contratos-programa", que se mantêm nos estatutos submetidos a votação, e, sobretudo, porque os contratos-programa de obras se têm revelado com falta de transparência e de eventuais ilegalidades, já muitas vezes proferidas por nós.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

3) Entendemos que a poupança de impostos, a existir, não justifica que a EHATB pague as despesas das Câmaras (eventos e obras), em substituição dos lucros que lhes seriam distribuídos no final do ano, em dividendos, conforme determinado inicialmente na criação e constituição da EHATB;

4) Não somos assim contras as obras propostas, apenas não concordamos com o princípio e método proposto na presente minuta de contrato-programa da EHATB com o município de Montalegre.

Sendo assim e após a apreciação crítica sobre o exposto, e como já mencionado em assembleias municipais anteriores, os deputados eleitos pelo PSD de Montalegre, votam contra na apreciação e votação ao contrato-programa da EHATB que nos é proposto. Assinado, o deputado José João Moura.”

Deliberação: Aprovado por maioria com dez votos contra dos deputados José João Moura, António Cascais, Ana Francisca Martins, Domingos Vasconcelos, Sandra Gonçalves, Nuno Miguel Pereira, José Manuel Carvalho, Alívio de Freitas, Acácio Gonçalves e José Acácio Gonçalves e com uma abstenção do deputado Manuel Carrelo.

2.11. Minuta de Contrato-Programa entre o Município de Montalegre e EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, – Aprovação;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por maioria com onze abstenções dos deputados José João Moura, António Cascais, Ana Francisca Martins, Domingos Vasconcelos, Sandra Gonçalves, Nuno Miguel Pereira, José Manuel Carvalho, Alívio de Freitas, Acácio Gonçalves, José Acácio Gonçalves e Manuel Carrelo.

2.12. Regulamento Municipal de atribuição, gestão das Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada de Montalegre - Aprovação;

A Senhora Vice-Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

2.13. EHATB – Plano de Atividades e Orçamento para 2024 – para conhecimento;

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.



 37

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.14. Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso – Orçamento e Plano Plurianual de Atividades e Investimento para 2024 – para conhecimento.

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

2.15. AMAT – Opções do Plano e Orçamento para 2024 – para conhecimento.

A Senhora Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não tendo havido inscrições.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi esta minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que estava terminada a discussão da ordem do dia e não tendo havido intervenção do público, deu por encerrada a sessão.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE****O Presidente da Assembleia**

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

O 2º Secretário

Maria de Fátima Silva Crespo